



## CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROJETO

# COESÃO SOCIAL ATRAVÉS DO FORTALECIMENTO DE CADEIAS PRODUTIVAS: DESENVOLVIMENTO DE MÉTODOS PERMANENTES DE AÇÃO COLETIVA EM SISTEMAS REGIONAIS DE PAÍSES DO MERCOSUL

Carlos Aguedo Paiva

### 1) Introdução: fundamentos teóricos e estruturação objetiva do Projeto COCAP

Creio que poucas vezes o título de um programa de trabalho e pesquisa foi tão esclarecedor quanto o do Projeto COCAP. O nome “**Coesão Social através do Fortalecimento de Cadeias Produtivas**” traduz fielmente a filiação teórica materialista, totalizante e dialética e a hierarquia dos objetivos sociais e econômicos almejados pelo Projeto COCAP.

A meta, o fim, o que se busca enquanto **valor** e enquanto **medida** de desenvolvimento socioeconômico é a **coesão social**<sup>1</sup>. O fortalecimento (inclusive no plano econômico-competitivo) das cadeias produtivas é, essencialmente, um **meio** deste fim. Evidentemente, ele *também* é um fim. Mas é – por assim dizer - um fim intermediário. A coesão social, a socialização, a acumulação de capital social é o fim definitivo. **O desenvolvimento econômico – traduzido no fortalecimento das cadeias produtivas e na acumulação de capital privado – é o veículo de desenvolvimento social.**

Aqui já se manifesta a inflexão materialista e dialética da proposta. A cultura cívica **não** é tomada como um pressuposto *ex-ante* e algo contingente (ainda que ancorado em determinações históricas) da “cultura”. A solidariedade – vale dizer, a coesão social, o grau de acumulação de capital social – é percebida(o) como um subproduto do interesse contraditório e do jogo negocial. De sorte que a interação econômica passa a ser o espaço privilegiado da acumulação de capital social. É **através**

---

<sup>1</sup> Não será gratuito que o *Vademecum para analisis del contexto* de Volpe e Fuser (2010) se inicie com a declaração: “El proyecto COCAP tiene como objetivo reforzar la cohesión social por el tramite del mejoramiento competitivo de la MIPYME dentro de las hileras productivas.” (p. 2)

do fortalecimento das cadeias produtivas que se alcança o fortalecimento da coesão social.

Desnecessário dizer que esta perspectiva está longe de ser trivial ou consensuada. Pelo contrário: ela está na contramão da perspectiva abraçada por Putnam (1996) em seu trabalho clássico sobre o desenvolvimento institucional e econômico das regiões italianas. E como foi justamente este trabalho que deu base à ampla produção internacional sobre o tema do capital social nos últimos 20 anos, pode-se dizer que a perspectiva abraçada pelo Projeto COCAP é essencialmente heterodoxa no interior do (pequeno, mas não desprezível) colégio de cientistas que toma esta categoria como referência para a análise socioeconômica em geral, e dos processos de desenvolvimento, em particular.

Tal como procuramos demonstrar em outros trabalhos (veja-se, em especial, Paiva, 2008), malgrado diferenças de ênfase (na solidariedade versus auto-interesse), Putnam é um legítimo discípulo de Weber e da tese de que uma determinada “cultura” (ou “espírito”) é pressuposto e condição *sine qua non* da emergência das práticas econômicas e político-institucionais que caracterizam as sociedades capitalistas mais dinâmicas e bem-sucedidas. E, neste sentido, a contribuição de Putnam é – tal como a contribuição de Weber – formalmente anti-materialista. Não será gratuito que ambos os autores dediquem um volume não desprezível de páginas de seus trabalhos clássicos<sup>2</sup> à crítica de autores que (pretensamente) privilegiariam as variáveis econômico-materiais sobre as socioculturais na determinação da dinâmica histórica. O fato de Aristóteles ocupar em Putnam o papel que cabe a Marx nos trabalhos de Weber é de somenos importância. Revela apenas as diferenças de época, território e *background* intelectual em que cada um dos autores opera. O sentido da crítica é essencialmente o mesmo. Assim como, do nosso ponto de vista, o seu equívoco.

Tal como Valentim (2009) demonstrou em seu trabalho de doutorado, toda a análise de Putnam está eivada de um equívoco crucial: a subestimação do papel da equidade distributiva (da renda, da propriedade e do poder político) na gênese e acumulação do capital social. A crítica de Valentim faz eco aos trabalhos dos anos 90 de Knack e Keefer (1997), onde se demonstra estatisticamente a relação positiva entre distribuição de renda e comunidade cívica. Mas Valentim introduz elementos novos ao resgatar a unidade interpretativa de Aristóteles, Tocqueville (que Putnam, equivocadamente, associa ao culturalismo platônico, por oposição ao pretenso economicismo aristotélico<sup>3</sup>) e do moderno institucionalismo materialista (North, 1990 e

---

<sup>2</sup> Pensamos, aqui, essencialmente em Weber, 2004. Mas também nos diversos ensaios metodológicos do autor, agrupados em Weber, 1992.

<sup>3</sup> De acordo com Putnam: “Diz Platão, em *A República*, que os governos variam de acordo com a disposição de seus cidadãos. Mais recentemente, os cientistas sociais recorreram à cultura política para explicar a diversidade de sistemas políticos nacionais. ... Provavelmente, o exemplo mais ilustre da tradição sociocultural da análise política [com origem em Platão] continua sendo *Da democracia na América*, de Alexis de Tocqueville” (Putnam, 1996, p. 27). Tal como procurou demonstrar Valentim, esta associação é equivocada. Não será gratuito que Tocqueville inicie seu trabalho clássico com a afirmação: “De entre os objetos novos que durante a minha estadia nos Estados Unidos me chamaram a atenção, nenhum me impressionou mais vivamente que a igualdade de condições. ... Em breve reconheci que este

2005). A unidade deste amplo e (aparentemente díspare) conjunto de autores se encontraria na recusa, seja à cesura de cultura e economia, seja à hierarquização não-dialética destes termos.

Vale observar que as críticas irmãs de Knack & Keefer e de Valentim à Putnam estão longe de serem negativa: os três autores reputam grande importância e relevância teórica ao trabalho seminal do grande sociólogo norte-americano. E, de fato, Putnam dá um enorme passo adiante ao resgatar e demonstrar empiricamente – contra o senso comum ainda dominante – os elos não evidentes entre cultura cívica e desenvolvimento econômico. **Seu equívoco estaria, tão somente, na pretensão de que esta é uma via de mão-única**, com origem na cultura e desfecho no desenvolvimento econômico, numa trajetória mediada por instituições políticas flexíveis e democráticas e por boas práticas governamentais.

Diferentemente, em Aristóteles, Tocqueville, Knack & Keefer e Valentim, o ponto de partida (se é que se pode falar em um único ponto de partida na análise social!) não pode ser reduzido à cultura. Nestes autores, a maior ou menor equidade distributiva (de renda, poder, riqueza, cultura, etc.) é a categoria social estruturante, em torno da qual se articulam os sistemas culturais, políticos e econômicos.

Ora, quer nos parecer que a ênfase do Projeto COCAP na promoção de cadeias produtivas igualitárias - marcadas por ingresso relativamente livre e, por consequência, pela prevalência de Pequenas e Médias Empresas (PMEs) e pelo baixo grau de monopólio e de concentração da propriedade - já seja expressão do reconhecimento da pertinência desta perspectiva crítica e heterodoxa. Mas isto não é tudo: tal como o afirma Volpe, no *Vademecum Capital Social* (2010).

El objetivo del proyecto COCAP es ambicioso: pretende poner en práctica los instrumentos institucionales y meta-institucionales (portal, comunidade inter-regional, *usinas*, laboratórios, proyectos para las cadenas de producción, financiación y logística para las cadenas de producción) com el fin de consentir um desarrollo econômico basado em la participacion de la dimensión “social” del desarrollo local.

Tengase además em cuenta que **la relación causa-efecto funciona em sendas direcciones: la promoción de las cadenas de producción permite implicar la sociedad local; pero es solo esta implicación de la sociedad em todas sus dimensiones lo que permite el refuerzo competitivo de las SME organizadas**

---

mesmo facto estende a sua forte influência para além dos costumes políticos e das leis, e que ele não obtém menor domínio sobre a sociedade civil do que sobre o governo: cria opiniões, faz nascer sentimentos, produz usos e modifica tudo o que não produz” (Toqueville, s.d., p. 5). A clareza de Tocqueville sobre a precedência da igualdade sobre a cultura cívica faz eco à crítica de Aristóteles ao elitismo platônico manifesto na circunscrição das funções políticas e educacionais aos “guardiões”. Aristóteles defendia que a direção da cidade fosse definida por instrumentos que garantissem a possibilidade de acesso de todo e qualquer cidadão ao poder, argumentando que “as revoluções .... são causadas não somente pela distribuição desigual de bens, mas também das honrarias” (Aristóteles, 1988, p. 52).

**em cadenas de producción.** Como enseña la experiencia em el Véneto, sólo si los diferentes actores y instituciones están implicados, los distritos y las cadenas de producción estarán em grado de formarse, adoptar innovaciones y afrontar el reto de la competência internacional. (Volpe, 2010).

Sem sombra de dúvida, o que se almeja é muito ambicioso. Mas esta ambição não se estrutura no ar. Se a perspectiva abraçada fosse o culturalismo de Putnam e de Weber, todo o projeto COCAP – com sua inquestionável ambição – não passaria de uma utopia vã. Como replicar padrões de organização social que se encontram enraizados na cultura e na história secular? A própria pretensão de que esta experiência seja replicável, envolve a pressuposição de que o capital social conte com fundamentos outros que não “a cultura específica, particular e contingencialmente determinada” de um povo. E é exatamente isto que Volpe defende na passagem acima. A relação entre socialização/solidariedade e desenvolvimento econômico não é de mão-única, mas de sobre-determinação. E sua base material objetiva é a **necessidade** de diálogo e cooperação. Uma necessidade que é tão mais forte quanto: 1) mais cotidiano e recorrente for o intercâmbio de signos, bens e valores entre agentes sociais; e quanto 2) menor for a capacidade de um (ou de uns poucos) agentes imponem sua vontade sobre os demais, que se faça necessário o diálogo e a concessão de parte a parte. **Em suma a hipótese central do Projeto COCAP é que cadeias produtivas organizadas sobre MPMEs (micro, pequenas e médias empresas) são o locus privilegiado de acumulação de capital social.**

Ora, não seria difícil contestar esta tese esgrimindo os inúmeros exemplos de cadeias de produtivas baseadas em MPMEs em que o conflito graça de tal forma que leva à destruição de seu dinamismo e de sustentabilidade. Sem dúvida. Ousamos pretender, mesmo, que esta tese não seria aprovada em qualquer teste empírico-estatístico. Muito provavelmente, temos mais casos de insucesso do que de sucesso nos processos históricos pautados na interação de pequenos produtores interdependentes<sup>4</sup>. Mas a validade (ou não) da tese não pode ser determinada por testes estatísticos. E isto na exata medida em que estamos tratando de uma questão de aprendizagem. É justamente a recorrência de soluções dilemáticas (na linha perde-perde) que coloca a possibilidade da reflexão crítica e da superação deste padrão de solução. Vale dizer: a valorização da interação recorrente não se dá a partir da pretensão de que, nestes casos, as soluções “ganha-ganha” são a norma. A centralidade da recorrência se encontra justamente na possibilidade de observação repetida das consequências perversas da ação oportunista. É a recorrência do erro que viabiliza a autocrítica, alimentando, no longo prazo, a possibilidade de soluções positivas.

---

<sup>4</sup> Se nos é permitida uma blague, diríamos que o caso clássico de fracasso na articulação de pequenas estruturas “coopetitivas” (vale dizer: simultaneamente competitivas e cooperativas) é a derrocada da civilização grega a partir da Guerra do Peloponeso. Não gratuitamente, Hegel vai tomar este evento como o marco da plena emergência da História. Aqui, o erro coletivo não foi apenas vivenciado: ele foi analisado, teorizado, criticado na prosa do grande Tucídides.

Mas o Projeto COCAP não aposta tão somente na repetição. Sua verdadeira essência se encontra na mobilização de agentes “externos-internos” às cadeias portadores de uma qualificação particular. Estes agentes – os *experts* contratados com recursos do Projeto COCAP, via de regra oriundos de instituições de pesquisa universitárias – são externos à cadeia na medida em que não participam das mesmas enquanto “elos” do sistema de produção e distribuição. Mas são internos à mesma na medida em que a tomam como objeto privilegiado de suas pesquisas. A função destes agentes “externos-internos” seria, justamente, a de sistematizar os desafios das cadeias eleitas para a pesquisa, contribuir para a estruturação do diálogo no interior das mesmas e, em especial, mediar os conflitos através da demonstração das consequências previsíveis da adoção de práticas oportunistas. A eleição destes agentes se deu a partir de dois critérios básicos: o domínio teórico prévio sobre as cadeias sob análise e o domínio das modernas teorias do capital social, dos custos de transação e dos desdobramentos lógico-necessários de práticas oportunistas em jogos “dilemáticos” (vale dizer, que tendem a equilíbrios “perde-perde”).

Se o Projeto COCAP se restringisse tão somente à mobilização e articulação deste conjunto de agentes civis – representados pelos elos das cadeias e por mediadores “externos-internos” ele já seria suficientemente inovador e potencializador da depressão dos custos de transação no interior das cadeias. Mas os fundamentos materialistas e dialéticos que o estruturam impõe uma outra derivação: a acumulação de capital social é um círculo virtuoso auto-sustentável. Mas a consolidação deste círculo virtuoso pressupõe a conquista de avanços objetivos já em sua “primeira rodada”. E a garantia de avanços passa pelo comprometimento não apenas dos agentes civis, mas, igualmente bem, dos gestores das políticas econômicas de fomento das cadeias produtivas. O que só seria possível se os próprios gestores públicos participassem ativamente dos debates e da construção dos novos padrões de interação e de definição e hierarquização de políticas públicas de enfrentamento dos principais gargalos que obstaculizam a ampliação da produtividade e da competitividade das cadeias cujo desenvolvimento se busca promover. De sorte que sua implementação em cada território particular só se daria a partir do momento em que se alcançasse comprometer os governos regionais com o apoio material e político a esta ambiciosa “pesquisa interativa”.

É virtualmente impossível sobrestimar a novidade e a radicalidade deste projeto. De fato, o que se busca é a construção de um padrão radicalmente novo de determinação de políticas públicas setoriais. Como regra geral, as políticas públicas são definidas, de um lado, a partir das pressões de demanda de agentes situados em um determinado elo das diversas cadeias produtivas, e, de outro, a partir das restrições financeiro-fiscais do Estado e da avaliação dos governantes e do corpo burocrático do Estado acerca dos custos e dos benefícios (inclusive, político-eleitorais) da priorização desta ou daquela ação e/ou deste ou daquele investimento.

O que se buscou estruturar a partir deste Projeto foi um novo padrão de construção de políticas setoriais, onde os interesses de cada elo particular se subordinam aos interesses globais da cadeia e são compatibilizados com os interesses gerais da

sociedade e as disponibilidades fiscais reais dos Estados provinciais. Cada elo traz para a mesa suas demandas e interesses. Os *experts* contribuem para a mediação dos conflitos e hierarquização das demandas em função de seu impacto global. E os representantes dos governos, ao mesmo tempo em que ganham uma nova compreensão das cadeias e de seus gargalos e prioridades reais, informam as limitações fiscais e financeiras do Estado, trazendo à baila todos os demais compromissos e demandas da sociedade civil organizada em outras cadeias produtivas e em outros territórios. Não nos parece que possa restar qualquer dúvida de que as políticas oriundas de um tal padrão de debate e articulação social tendem a ser muito mais criteriosas, eficazes, eficientes e efetivas do que as políticas gestadas no jogo lobístico tradicional.

## 2) Os principais resultados do Projeto COCAP no Rio Grande do Sul

Tal como procuramos defender acima, a grande novidade e contribuição do Projeto COCAP para o Rio Grande do Sul foi a inflexão imposta nos padrões de produção de projetos e políticas setoriais. Este resultado tem sua expressão sintética nas três “Cartas COCAP” produzidas a partir de um longo e produtivo processo de discussão entre agentes produtivos, representantes sindicais e de órgãos de defesa e promoção dos interesses das cadeias, pesquisadores, cientistas sociais e agentes do governo. O fato de haveremos alcançado “consensos” a partir do debate sistemático com agentes de formação e interesses tão díspares é um aprendizado único. Mais do que nunca, temos um diagnóstico, uma hierarquização de prioridades e um programa mínimo de ação consensuado nas três cadeias produtivas. E este resultado não foi alcançado nem com base em *lobbies* (desde baixo), nem por composição de interesses (eu apoio tua reivindicação e, em troca, tu apoias a minha), nem por imposição tecnocrática. Foi fruto de um longo e complexo, mas altamente produtivo processo de negociação.

Não obstante, não há como ocultar o fato de que os objetivos iniciais do Projeto eram muito maiores. No início do Projeto havia uma grande expectativa de que, ao fim e ao cabo, as políticas consensuadas já estariam sendo implementadas, e as cadeias produtivas sob análise e apoio já estariam em um outro patamar de organização e competitividade. E isto não se deu. Ou melhor: não se completou. Os avanços foram, sem dúvida, notáveis. Em especial, no plano do conhecimento de cada um da realidade do conjunto da cadeia e dos demais elos, o que alavancou de forma notável o respeito mútuo e se desdobrou na clareza da necessidade de planejar o desenvolvimento da atividade tendo em vista a cadeia como um todo, focando em seus gargalos mais apertados, ao invés de focar em demandas oportunistas, associadas à posição específica de cada agente no sistema produtiva global<sup>5</sup>. Infelizmente, porém esta “re-

---

<sup>5</sup> Vale notar que este resultado foi fortemente alavancado pela realização e análise do questionário com os agentes das cadeias em torno dos padrões de organização, distribuição de rendimentos e conflitos no interior das mesmas. Todas as bases de dados e as análises destas mesmas bases estão sendo disponibilizadas no CD-Rom com os documentos do Seminário de encerramento da pesquisa.

solidarização” ainda não gerou todos os frutos que se esperava no plano da implementação efetiva de novos programas e projetos de desenvolvimento setorial.

Ousamos pretender, contudo, que, malgrado a consecução parcial de suas metas originais, os avanços proporcionados pelo Projeto COCAP vão muito além da estruturação de um programa mínimo coletivo e da crescente disposição para o trabalho solidário no interior das cadeias. E isto porque **o Projeto COCAP é irreduzível a uma política pública de promoção da competitividade de cadeias produtivas específicas. O Projeto COCAP é, igualmente bem, uma pesquisa de corte experimental-pragmática que porta um teste altamente complexo de uma determinada interpretação dos fundamentos da acumulação do capital social.** E, neste plano particular, não pode haver margem para dúvida de que este Projeto foi um enorme sucesso. Um sucesso que – contraditoriamente – se alimenta, justamente, de seus percalços e insuficiências no plano pragmático. Afinal, **os percalços do Projeto – que inviabilizaram a consecução de todos os seus (demasiado ambiciosos) objetivos originais – resultaram, justamente, da correção de seus fundamentos teóricos. Ou, para ser mais claro: aquilo que o Projeto COCAP não alcançou realizar (pelo menos, ainda não realizou; pois acredito que seria um grande equívoco simplesmente descontinuá-lo) serve, justamente (e contraditoriamente) para confirmar suas hipóteses teóricas. Suas insuficiências práticas apenas reforçam sua consistência teórica.** Senão vejamos.

Tal como buscamos frisar na conclusão da seção anterior, o Projeto COCAP é genuinamente revolucionário e já se impõe como um marco de inflexão nos padrões de construção de políticas públicas setoriais no Rio Grande do Sul. Mas - como tão bem nos lembra o jovem Schumpeter, em seu trabalho seminal sobre as inovações – todas as sociedades (inclusive a mercantil-capitalista) tendem a ser refratárias às mudanças nos padrões convencionais de produção, organização e intercâmbio. **E estas resistências foram claramente subestimadas quando da definição das metas e objetivos do Projeto COCAP.**

Na seção anterior, nós defendemos a hipótese de que, subjacente à identificação das cadeias produtivas de MPMEs como o *locus* privilegiado de acumulação de capital social se encontra a concepção de que **o diálogo e o acordo brotam da recorrência do intercâmbio, do conflito e – por extensão – da recorrência de fracassos, da recorrência de soluções “dilemáticas”** nos jogos entre clientes e fornecedores.

Ora, podemos (e devemos!) pensar a realização de uma experiência tão complexa e rica quanto o Projeto COCAP como uma inovação radical no interior de uma cadeia produtiva muito particular. A principal particularidade da cadeia produtiva na qual se insere o COCAP é que ela não produz mercadorias. Seu produto final são conhecimentos, acordos e políticas públicas. Mas – como em qualquer outra cadeia - os diversos “produtos” do Projeto não resultam da ação exclusiva deste ou daquele elo: seus produtos finais (relatórios, diagnósticos, hierarquização de propostas, acordos,

efetivação de políticas, etc) resultam do trabalho de muitos e da interação dos inúmeros elos desta longa cadeia.

Ora, existem inúmeras cadeias produtivas de conhecimento. De certa forma, todo o grupo de pesquisa institucionalizado é uma cadeia produtiva de conhecimento. Mas as inovações do COCAP são inúmeras. Desde logo, ele não pretendia ser apenas uma cadeia científica, mas uma cadeia voltada à difusão de uma dada tecnologia de gestão social. Além disso, a cadeia COCAP é extraordinariamente longa e difusa. Seus elos estão espalhados por dois continentes e quatro países; submetem-se a leis distintas e padrões culturais e institucionais distintos e (excetuadas as exceções) sequer se conheciam antes do início deste ousado e ambicioso experimento prático-teórico.

E como se tudo isto não bastasse, a “cadeia produtiva Cocap” contou, entre tantos outros elos, com 5 instâncias governamentais: a União Européia, a Região do Vêneto, o Estado do Rio Grande do Sul, o Departamento de Misiones e a Província de San Juan. E a presença ativa e massiva de órgãos e instituições públicas complexifica sobremaneira os processos negociais, os acordos e o desenvolvimento da fidúcia e acumulação de capital social em seu interior. E isto não é gratuito.

Tal como o explicita North em seus diversos trabalhos sobre a relação entre instituições e desenvolvimento, o principal papel do “capital social” é a depressão dos elevados custos de transação entre empresas e indivíduos no mercado. Quando os custos de transação diminuem, o sistema deixa de alocar uma grande parte de seus trabalhadores nas atividades improdutivas de fiscalização, de controle de qualidade, de custas processuais e judiciais, de controle e adestramento cotidiano de mão-de-obra, etc. Daí a importância do território (proximidade, conhecimento em diversos planos e esferas) e da identidade cultural (compartilhamento de valores e princípios) na depressão dos custos de transação e na alavancagem do capital social. Daí, também, a centralidade da *recorrência* e da *proximidade* para a *flexibilização* paulatina e *crescente* das exigências formais de *fiscalização*, que são a forma primeira dos custos de transação.

Ora, a “cadeia produtiva COCAP” **não** se organiza em um território único, seus agentes **não** compartilham sequer a mesma língua (o que falar de valores e ritualidades comportamentais), nossa interação **não** é cotidiana (mas esporádica) e – o mais importante de tudo! – os elos centrais de nossa cadeia são ocupados por **instituições público-estatais** que são impedidas, por força de lei de flexibilizar exigências e padrões de **fiscalização**. Até porque, sua função precípua é, justamente, **duvidar** e **fiscalizar**. Em particular, fiscalizar a si próprio, Estado, para garantir que a aplicação dos recursos públicos não foi desviada para fins privados.

Os desdobramentos desta tão ousada quanto peculiar “inovação produtivo-organizacional” não poderiam deixar de se impor sobre o ritmo e a produtividade do trabalho no interior do Projeto COCAP. A complexidade da processualidade imanente ao Estado moderno era exponenciada no interior de um projeto que mobilizava cinco aparelhos governamentais de países distintos. E o resultado era um enorme dispêndio de



tempo e esforço na administração dos elevados – porquanto formalmente impositivos – custos de transação e fiscalização dos repasses de recursos e na produção de relatórios onde as exigências formais de prazos, preenchimentos de planilhas, demonstrativos de gastos e a formatação dos documentos (inclusive do número e da disposição dos logos das instituições financiadoras e parceiras) pareciam ser mais valorizados do o próprio conteúdo do que se relatava. Em certos momentos, o jogo de processualidades e a complexidade de procedimentos para dar conta das exigências fiscalizatórias impostas pelo complexo de instituições públicas envolvidas no desenvolvimento da pesquisa ganhava contornos rigorosamente kafkianos. O que não contribuía para a acumulação do capital social no interior de nossa própria cadeia produtiva. Pelo contrário: como o *dead line* para entrega dos resultados não era alterado cada vez que os pesquisadores se viam deslocados para atividades fiscalizatórias, as cobranças e insegurança pareciam crescer com o passar do tempo.

Vale salientar que só estamos fazendo este registro crítico porquanto, do nosso ponto de vista, ele é um indício instigante que comporta importantes desdobramentos prático-teóricos. Afinal, tal como vimos, a grande inovação do Projeto COCAP encontra-se na tentativa de articular agentes civis e públicos na promoção de projetos políticos de desenvolvimento consensuados e compartilhados (em termos de responsabilidades e benefícios). E o agente impulsionador deste projeto foi(ram) o(s) próprio(s) Estado(s). O que significa dizer que **o Estado se tornou promotor da acumulação de capital social e, por extensão, de um padrão de informalidade contratual que é rigorosamente incompatível com suas funções e atribuições legais mais elementares!** Tanto mais, na medida em que ele é o principal agente financiador. E a fiscalização minuciosa, detalhista e quase obsessiva dos gastos públicos por parte do próprio Estado (a partir da mobilização de suas múltiplas faces e poderes) é uma das principais tarefas do Estado contemporâneo; é justamente a tarefa que a sociedade mais cobra dele mesmo. O que nos coloca diante de uma boa (porquanto dialetizável, racionalizável e superável; desde que adequadamente reconhecida e enfrentada) contradição.

Felizmente, graças à excelência da equipe de experts da Região Líder (o Vêneto) e da equipe do Rio Grande do Sul com a qual trabalhei mais diretamente<sup>6</sup>, os recorrentes obstáculos formais, financeiros e comunicacionais interpostos ao trabalho não foram de monta a inviabilizar a realização da pesquisa. E isto na medida em que contávamos com uma equipe capaz de entender as determinações contingenciais (associadas à dimensão radicalmente inovativa do projeto) e estruturais (associadas às funções fiscalizatórias do Estado) do peculiar padrão dinâmico de nossa cadeia produtiva. Nos movimentávamos num terreno de elevado atrito, de sorte que a sustentação do movimento a uma velocidade constante pressupunha a aplicação persistente de força. Se deixássemos

---

<sup>6</sup> E aqui, não posso deixar de externar meus agradecimentos a todos os que trabalharam diretamente comigo ao longo destes dois últimos anos. Em especial, gostaria de parabenizar e agradecer os colegas Marília Patta Ramos, Claudionir Borges da Silva, Dilson Trennepohl, Marcia Ferronato, Margarette Menegotto, Janine Lisboa, Allan Lemos, Daniele Kafski da Silva, Pedro Verran e Fabio Floriano. Foi uma honra e um grande prazer trabalhar com vocês nesta pesquisa.

prevalecer a inércia, o resultado seria, inexoravelmente, a cessação de todo e qualquer movimento.

De outro lado, é preciso reconhecer que a correção essencial do aporte teórico subjacente ao COCAP foi a principal fonte de energia que nutriu o esforço diuturno e continuado dos pesquisadores. As ideias que esgrimíamos no diálogo com as lideranças empresariais, sindicais e intelectuais das distintas cadeias tinham o poder de “contaminar” agentes que, até então, tinham pouco ou nenhum contato com as teorias do Capital Social, dos custos de transação e das economias externas que caracterizam os distritos marshallianos. E se não fosse pelo financiamento da União Europeia e a firme e sólida orientação da equipe de experts do Vêneto, não teria sido possível chegar onde chegamos.

Em síntese: se não alcançamos a consecução de todos os nossos objetivos, já fizemos uma pequena-grande revolução nos padrões de articulação de políticas públicas e de avaliação científica dos determinantes da acumulação de capital social. De sorte que, mesmo que este Seminário venha a ser o último ato de nosso trabalho conjunto, acredito poder dizer que estamos todos de parabéns. Foi dado o “start” num sistema que não quer parar. *Eppur si muove*.

#### Bibliografia

- ARISTÓTELES. (1988). *Política*. Brasília: Editora UnB.
- COASE, R. H. (1937). The Nature of the Firm. In: *Economica*. November.
- KNACK, S and KEEFER, P. (1997). Does Social Capital Have an Economic Payoff? A Cross-Country Investigation. In: *The Quarterly Journal of Economics*. Vol. 112, N. 4, Nov. (The MIT Press). Disponível em <http://www.jstor.org/stable/2951271>
- NORTH, D. C. (1990) *Institutions, institutional change and economic performance*. New York: Cambridge University Press
- NORTH. D. C. ([1999]2005). *Understanding de Process of Economic Change*. Princeton: Princeton University Press.
- PAIVA, C. A. (2008). Os determinantes do aprofundamento das desigualdades territoriais no Rio Grande do Sul entre 1970 e 2000. In: PAIVA, C. A. (org.). *Evolução das desigualdades territoriais do Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: Edunisc.
- PUTNAM, R. (1996). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. São Paulo: FGV.
- TOCQUEVILLE, A. ([1840], s.d.) *Da democracia na América*. Porto: Res.
- VALENTIM, R. F. (2009). *Distribuição de renda, confiança e civismo: uma avaliação crítica de Comunidade e Democracia de Robert Putnam*. Santa Cruz do Sul: Unisc (Tese de Doutorado).
- VALENTIM, R. F; PAIVA, C. A.; RAMOS, M.P. (2011) “The role of income distribution on civic community and institutional performance.” In: *Papers of IPSA-ECPR Joint Conference*. São Paulo. Disp em <http://saopaulo2011.ipsa.org/sites/default/files/papers/>

- VOLPE, M. (2010) *Vademecum Capital Social*. Veneza: URB-AL III / COCAP. Disp. em <http://www.proyectococap.org/documentos/index.html>
- VOLPE, M. e FUSER, H. (2010). *Vademecum para el analisis del contexto*. Veneza: URB-AL III / COCAP. Disp. Em <http://www.proyectococap.org/documentos/index.html>
- WEBER, M. ([1904] 2004). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- WEBER, M. (1992). *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez (Vols. 1 e 2)